



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 6/2023 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de seguro para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes a este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, localizados na capital e no interior do Estado.

1.2. Detalhamento dos bens imóveis (Edificação, Equipamentos e Bens Móveis) serem cobertos pelo seguro:

| ITEM | LOCAL IMÓVEL | EDIFICAÇÃO R\$ | EQUIPAMENTOS E MÓVEIS R\$ | VALOR EM RISCO |
|-------------|---|---------------------------|--------------------------------------|---------------------------|
| 1 | Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – Edifício Sede | R\$ 15.337.939,00 | R\$ 4.455.597,00 | R\$ 19.793.536,00 |
| 2 | Fórum Eleitoral de Porto Velho | R\$ 2.168.688,00 | R\$ 323.384,00 | R\$ 2.492.072,00 |
| 3 | Anexo II – Almojarifado/ Depósito de Urnas | R\$ 2.463.573,00 | R\$ 3.616.158,00 | R\$ 6.079.731,00 |
| 4 | Anexo III – Seção de Transporte | R\$ 1.286.680,00 | R\$ 1.225.928,00 | R\$ 2.512.608,00 |
| 5 | Fórum Eleitoral de Guajará-Mirim | R\$ 723.841,00 | R\$ 127.292,00 | R\$ 851.133,00 |
| 6 | Fórum Eleitoral de | R\$ 1.361.784,00 | R\$ 227.064,00 | R\$ 1.588.848,00 |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|----|--|------------------|----------------|------------------|
| | Ariquemes | | | |
| 7 | Fórum Eleitoral de Buritis | R\$ 708.218,00 | R\$ 139.284,00 | R\$ 847.502,00 |
| 8 | Fórum Eleitoral de Machadinho do Oeste | R\$ 669.457 | R\$ 116.760,00 | R\$ 786.217,00 |
| 9 | Fórum Eleitoral de Jaru | R\$ 1.566.531,00 | R\$ 206.905,00 | R\$ 1.773.436,00 |
| 10 | Fórum Eleitoral de Ouro Preto | R\$ 440.653,00 | R\$ 145.837,00 | R\$ 586.490,00 |
| 11 | Fórum Eleitoral de Ji-Paraná | R\$ 775.795,00 | R\$ 203.278,00 | R\$ 979.073,00 |
| 12 | Fórum Eleitoral de Presidente Médici | R\$ 511.927,00 | R\$ 56.620,00 | R\$ 568.547,00 |
| 13 | Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste – Prédio Próprio | R\$ 556.884,00 | R\$ 123.211,00 | R\$ 680.095,00 |
| 14 | Fórum Eleitoral de Cacoal | R\$ 1.033.382,00 | R\$ 175.981,00 | R\$ 1.209.363,00 |
| 15 | Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno | R\$ 653.160,00 | R\$ 120.486,00 | R\$ 773.646,00 |
| 16 | Fórum Eleitoral de | R\$ 456.723,00 | R\$ 141.678,00 | R\$ 598.401,00 |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|----------------------------------|--|----------------|----------------|--------------------------|
| | Vilhena | | | |
| 17 | Fórum Eleitoral de Cerejeiras | R\$ 553.311,00 | R\$ 85.077,00 | R\$ 638.388,00 |
| 18 | Fórum Eleitoral de Colorado Oeste | R\$ 750.508,00 | R\$ 127.925,00 | R\$ 878.433,00 |
| 19 | Fórum Eleitoral de Rolim de Moura | R\$ 440.910,00 | R\$ 136.782,00 | R\$ 577.692,00 |
| 20 | Fórum Eleitoral de Santa Luzia | R\$ 254.187,00 | R\$ 70.602,00 | R\$ 324.789,00 |
| 21 | Fórum Eleitoral de Alta Floresta | R\$ 569.240,00 | R\$ 112.477,00 | R\$ 681.717,00 |
| 22 | Fórum Eleitoral de Nova Brasilândia | R\$ 363.353,00 | R\$ 115.699,00 | R\$ 479.052,00 |
| 23 | Fórum Eleitoral de São Miguel do Guaporé | R\$ 625.539,00 | R\$ 139.036,00 | R\$ 764.575,00 |
| 24 | Fórum Eleitoral de Alvorada Oeste | R\$ 573.680,00 | R\$ 136.722,00 | R\$ 710.402,00 |
| 25 | Fórum Eleitoral de Costa Marques | R\$ 720.958,00 | R\$ 109.281,00 | R\$ 830.239,00 |
| VALOR TOTAL PARA O SEGURO | | | | R\$ 48.544.399,00 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fonte: Evento [0864818](#) e Termo Aditivo à Carta-Contrato n. 17/2019 ([0879354](#))

1.2.1. Constituem parte do Termo de Referência, os seguintes documentos:

- a) Os endereços dos imóveis estão listados no Anexo I deste documento;
- b) O memorial descritivo dos imóveis está no Anexo II deste documento;
- c) Pesquisa de preços está no Anexo III deste documento.

1.2.4. Informações acerca dos prédios/ edificações seguradas:

- a) O TRE-RO possui seguro de idêntica natureza, ininterruptamente desde o exercício de 2000;
- b) Nesse período, houve 01 (um) sinistro no Edifício Sede do TRE-RO no ano de 2007, em razão de danos materiais elétricos; outro sinistro ocorreu no ano de 2014, quando aconteceu a maior cheia histórica do Rio Madeira, que alagou boa parte da área do Edifício Sede em Porto Velho/ RO; e outro no ano de 2019, quando ocorreu um sinistro no telhado (cobertura) do Edifício Sede em Porto Velho/ RO. Nas demais edificações do interior não há quaisquer registros de sinistros.
- c) Em face das informações contidas nos subitens I e II acima, poderiam ser propostos bônus de fidelidade ou por experiência, refletindo diretamente no valor do prêmio;
- d) Os prédios do Edifício Sede do TRE, Fórum Eleitoral de Porto Velho, Anexo II - Depósito de Urnas e Anexo III - Garagem, todos estão protegidos por serviços de segurança armada 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Fórum Eleitoral de Guajará-Mirim possui monitoramento eletrônico, os Fóruns do interior do Estado não estão disponibilizados serviços de segurança armada nem monitoramento eletrônico. Em caso de eventual sinistro nas edificações locadas, a indenização será em favor do proprietário do imóvel e a indenização dos equipamentos/ materiais permanentes ao TRE-RO;
- e) Informações sobre o estado de conservação dos bens patrimoniais a serem cobertos pela apólice, bem como a relação dos mesmos poderão ser obtidas na Coordenadoria de Materiais e Patrimônio - COMAP, Seção de Patrimônio - SEPAT do TRE-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RO, junto à sede do TRE-RO, localizado na Av. Pres. Dutra, nº 1889, Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP 76.805-859, ou através dos telefones: 3211-2073 (Chefe da SEMAP) ou 3211-2013 (Chefe da SEPAT, para dúvidas sobre bens patrimoniais);

f) Os bens permanentes a serem cobertos pela apólice correspondem aos móveis, máquinas, equipamentos elétricos, eletrônicos e utensílios pertencentes ao patrimônio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, bem como aqueles colocados formalmente à sua responsabilidade, que se encontrarem instalados ou guardados no Edifício Sede do TRE, Fórum Eleitoral de Porto Velho, Unidades do Anexo II - Depósito de Urnas, Anexo III - Garagem e Fóruns Eleitorais do interior;

g) Os veículos pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não se incluem entre os objetos desta contratação porque possuem seguro específico;

h) As plantas baixas e detalhes das edificações poderão ser obtidos com os servidores: André Pimentel e Antônio Roberto na Assessoria de Engenharia – ASSENGE do TRE-RO;

i) Uma vez paga a indenização integral, os SALVADOS passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora que emitiu a apólice;

j) Atualmente estão em obra os seguintes Fóruns Eleitorais: Rolim de Moura e Cerejeiras

1.3. Demais regras das condições e especificações da solução:

1.3.1. A contratação ocorrerá agrupada em um único lote, contendo todos os itens especificados no presente Instrumento pelas razões abaixo:

a) O impedimento de participação das corretoras de seguro no certame, o que restringe a oferta desses serviços para órgãos públicos, conforme art. 16 do Decreto 60.459/1967, com a redação dada pelo Decreto 93.871/1986, e reforçada, mais uma vez, pelo **Acórdão n. 600/2015 - TCU - Plenário**, segundo o qual, na formalização dos seguros para órgãos públicos, “*é vedada a interveniência de corretores ou intermediários, no ato da contratação e enquanto vigorar o ajuste, admitindo-se, todavia, que a entidade segurada contrate serviços de assistência técnica de empresa administradora de seguros*”.

b) A contratação pelo valor global torna mais atrativo o objeto a ser contratado, ampliando o interesse das sociedades seguradoras;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Redução do custo administrativo de todo o processo de contratação e gestão de uma única apólice de seguro de bens móveis e imóveis, maximizando a eficiência da gestão dos recursos públicos. Tal diretiva vai também ao encontro dos entendimentos recentes do TCU, que ao proferir o **Acórdão TCU 861/2013 – Plenário**, no qual a Relatora sustentou os seguintes argumentos para o agrupamento de itens em lotes, quando da licitação: *“lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos”*. E mais: *“O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”*. Desta forma, o próprio TCU reconhece que o loteamento de itens é perfeitamente justificável quando se busca promover a eficiência da gestão dos contratos administrativos no setor público.

d) Desta forma, o próprio TCU reconhece que o agrupamento é perfeitamente justificável quando se busca promover a eficiência da gestão dos contratos administrativos no setor público.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A demanda está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO, conforme abaixo demonstrado:

| FONTE ORÇAMENTÁRIA | |
|-------------------------------|---------------------------------------|
| CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO) | ORDINÁRIO (Manutenção Geral) |
| AGREGADOR | Operação dos Serviços Administrativos |
| DESPESA AGREGADA | SEGUROS |
| PLANO INTERNO | AOSA SEGURO |
| VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO | R\$ |
| PLANO INTERNO | AIEF MANPRE |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | |
|--------------------------|-----------|---------------|
| EVENTUAL DA FRANQUIA* | PAGAMENTO | R\$ 27.000,00 |
|--------------------------|-----------|---------------|

***O valor da franquia somente será utilizado em caso de sinistro, não há necessidade de empenho prévio.**

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO: Justifica-se a presente contratação em razão dos riscos de ocorrências de sinistros de diversas naturezas como avarias nas edificações e bens, danos e perdas oriundas de incêndios, raios, explosões, danos elétricos, colisões, desastres que possam advir de fenômenos da natureza ou de ações humanas como acidentes, tumulto, roubo e/ou furto de bens e da necessidade de garantir a proteção do patrimônio público.

3.2. Este Termo de Referência deve-se ao fato da rescisão contratual por parte da seguradora, AXA SEGUROS S.A., conforme registro de comunicado no Processo n. [0001801-25.2019.6.22.8000](#), evento [1062644](#).

a) Os serviços prestados são de extrema necessidade visto que é para a proteção de todos os imóveis da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia. O pedido de não renovação do contrato por mais 1 (um) ano por parte da empresa acima mencionada conduz à uma contratação emergencial de modo a suprir a ausência de contratada para este escopo tão necessário ao desenvolvimento das atividades nesta Instituição.

b) Diante de tal fato, será preciso manter uma empresa prestando o serviço em regime emergencial, nos termos do **art. 75, VIII, da Lei n. 14.133/2021**, visto que caracteriza urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares e serviços que possam ser concluídos no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

c) E no corrente ano será elaborado novo termo de referência para a contratação via processo licitatório normal, com prazo de contrato maior do que o período emergencial.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.3. Os demais elementos que fundamentam a presente contratação fazem parte dos estudos da fase de planejamento da contratação constantes nos seguintes documentos:

3.3.1. Documento de Formalização da Demanda - DFD (Evento [1065357](#)).

3.4. DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: Em atendimento ao art. 2º da IN n. 09/2022-TRE/RO, de modo a buscar que a Administração conheça da necessidade, identifique criteriosamente o objeto a ser contratado e promova a adequada reserva orçamentária. Tudo isto, alinhado ao planejamento estratégico, especialmente no Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária.

3.5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: Considerando as regras previstas no art. 6º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, não conter critérios específicos para o o escopo da contratação em destaque, estabelece-se como medida sustentável a obrigação da contratada da futura contratada apresentar todas as apólices em meio digital, salvo impossibilidade técnica justificada.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Destina-se a suprir o vácuo causado pela rescisão contratual com a empresa detentora da Carta-Contrato n. 17/2019 (Evento [0468009](#)), para tanto será feita a contratação emergencial com fulcro no art. 75, VIII, da Lei n. 14.133/2021, que tem o prazo máximo de duração de 1 (um) ano.

4.1.1. Tal prazo será explorado no seu maximo, com o fito que servirá para preparar outra contratação, por licitação, do aludido escopo. Servirá para apresentar um Termo de Referência voltado à solução de possíveis falhas existentes no modelo anterior que fora proposto e serviu de base a essa contratação direta. De modo que se pode mitigar eventuais equívocos que devem ser apurados no transcurso deste contrato emergencial.

4.1.2. A Apólice de Seguro deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do pagamento do valor total do prêmio do seguro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.1.3. A não entrega da apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro dos prazos e termos contratados, da cobertura do seguro delimitada no objeto contratado;

4.1.4. Na Apólice de Seguro deverá constar, no mínimo:

- a) Descrição do objeto segurado e o nome do segurado;
- b) Datas de início e término da vigência da cobertura, a qual não será inferior a um ano;
- c) Descrição dos riscos cobertos, bem como os prejuízos indenizáveis para cada bem;
- d) Valor do prêmio de cada imóvel segurado;
- e) Valor da franquia de cada imóvel coberto e o teto de valores mínimos dos prejuízos indenizáveis;
- f) O prazo de execução do contrato será equivalente ao prazo de vigência da apólice, de 01 (um) ano, contado da seguinte forma a partir das 24h00 do dia 23/10/2023 até as 24h00 do dia 23/10/2024.

4.2. Das coberturas dos imóveis

4.2.1. Os imóveis mencionados no item 1.1. deverão ter as seguintes coberturas nas apólices propostas:

- a) Incêndio, Raio e Explosão;
- b) Danos Elétricos;
- c) Impacto de Veículos;
- d) Vendavais, estendido aos bens ao ar livre;
- e) Tumultos, compreendidos os atos não dolosos;
- f) Roubos e Furtos de Bens, excluído furto simples;
- g) Responsabilidade Civil Operações;
- h) Quebra de Vidro

4.2.2. Valores mínimos a serem considerados para a elaboração da proposta de cada um dos locais (item) estão contido no Anexo III - Pesquisa de Preços.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.1. Todos os requisitos mínimos exigidos ao objeto em epígrafe estão especificados e detalhados na definição do objeto, na justificativa e na exigência de qualificação mínima da empresa e do profissional, além dos seguintes:

5.1.1. Inscrição regular da licitante junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

5.1.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.1.3. Somente será possível que a própria entidade Seguradora emita a proposta (será vedada a participação de corretores no processo de contratação).

5.1.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.1.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5.2. Da proposta comercial

5.2.1. A proposta deverá constar o preço, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com impostos, taxas, seguro, frete, transporte, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

5.2.2. Os valores estimativos dos prêmios para cada imóvel estão evidenciados abaixo na proposta comercial:

| QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA | |
|--------------------------------|--|
| <i>Nome da proponente:</i> | PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS |
| <i>CNPJ n.:</i> | 61.198.164/0001-60 |
| <i>Nome do Representante:</i> | SURAMA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - SUSEP LIR80J |
| <i>Cargo do Representante:</i> | CORRETOR DE SEGUROS |
| <i>Endereço da Proponente:</i> | Av. Rio Branco, 1489 Rua Guaianase, 1238 Campos Elíseos, São Paulo |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| PROPOSTA COMERCIAL | | | | |
|---|--------------------------|--------------------|---------------|---|
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – EDIFÍCIO SEDE | | | | |
| 1 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 19.793.536,19 | R\$ 3.670,88 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 395.870,72 | R\$ 11.927,12 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 71.256,73 | R\$ 79,1 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 43.545,78 | R\$ 370,53 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 29.690,30 | R\$ 128,72 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 98.967,68 | R\$ 2.776,55 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 21.772,89 | R\$ 75,34 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 15.834,83 | R\$ 320,55 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 1 | | R\$ 19.348,82 | - |
| FÓRUM ELEITORAL DE PORTO VELHO | | | | |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
|--|--------------------------|--------------------|--------------|---|
| 2 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 2.492.071,57 | R\$ 462,18 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 49.841,43 | R\$ 1.501,66 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 8.971,46 | R\$ 9,96 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 5.482,56 | R\$ 46,65 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 3.738,11 | R\$ 16,21 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 12.460,36 | R\$ 349,58 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 2.741,28 | R\$ 9,49 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 1.993,66 | R\$ 40,36 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 2 | | R\$ 2.436,08 | - |
| Anexo II – Almoxarifado/ Depósito de Urnas/ Patrimônio | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 3 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 6.079.731,14 | R\$ | POS NÃO |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|--|-------------------------------|---------------|---------------------|---|
| | Explosão | | 1.127,54 | CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 17.023,25 | R\$ 512,89 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 10.335,54 | R\$ 11,48 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 3.647,84 | R\$ 31,04 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 1.215,95 | R\$ 5,27 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 60.797,31 | R\$ 1.705,68 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 6.687,70 | R\$ 23,14 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 1.215,95 | R\$ 24,61 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 3 | | R\$ 3.441,65 | - |

Anexo III - Seção de Transporte

| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
|------|--------------------------|--------------------|------------|---|
| 4 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 2.512.608,17 | R\$ 465,98 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 18.844,56 | R\$ 567,76 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|--|-------------------------------|---------------|---------------------|---|
| | | | | 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 30.653,82 | R\$ 34,04 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 10.301,69 | R\$ 87,66 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 9.405,35 | R\$ 39,21 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 16.331,95 | R\$ 458,20 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 20.352,13 | R\$ 70,43 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 10.050,43 | R\$ 203,45 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 4 | | R\$ 1.926,74 | - |

Fórum Eleitoral de Guajará-Mirim

| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
|------|--------------------------|--------------------|------------|---|
| 5 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 851.132,59 | R\$ 157,85 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 9.192,23 | R\$ 276,95 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 14.894,82 | R\$ 16,54 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | 1.500,00. |
|------------------------------|--------------------------|--------------------|------------|---|
| | Vendaval | R\$ 4.936,57 | R\$ 42,01 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 4.452,89 | R\$ 19,19 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 7.915,53 | R\$ 222,07 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 9.873,14 | R\$ 34,16 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 3.404,53 | R\$ 68,92 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 5 | | R\$ 837,69 | - |
| Fórum Eleitoral de Ariquemes | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 6 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 1.588.848,25 | R\$ 294,67 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 17.159,56 | R\$ 517,00 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 27.804,84 | R\$ 30,88 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 9.215,32 | R\$ 78,41 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|--|-------------------------------|---------------|---------------------|---|
| | Tumultos | R\$ 8.262,01 | R\$ 35,82 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 17.776,29 | R\$ 498,72 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 18.430,64 | R\$ 63,78 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 6.355,39 | R\$ 128,65 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 6 | | R\$ 1.647,92 | - |

Fórum Eleitoral de Buritis

| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
|------|--------------------------|--------------------|------------|---|
| 7 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 847.501,53 | R\$ 157,18 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 9.153,02 | R\$ 41,83 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 14.831,28 | R\$ 16,47 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 4.915,51 | R\$ 68,63 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 4.407,01 | R\$ 19,11 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 7.881,76 | R\$ 275,77 | POS NÃO CONTRATADA |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|--|--------------------------|--------------------|------------|---|
| | Responsabilidade Civil | R\$ 9.831,02 | R\$ 221,12 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. das |
| | Quebra de Vidro | R\$ 3.390,01 | R\$ 34,02 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. das |
| | Prêmio Líquido Total 7 | | R\$ 834,12 | - |
| Fórum Eleitoral de Machadinho do Oeste | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 8 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 786.216,97 | R\$ 145,81 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 8.491,14 | R\$ 255,83 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das |
| | Impacto de Veículos | R\$ 13.758,80 | R\$ 15,28 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das |
| | Vendaval | R\$ 4.560,06 | R\$ 38,80 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das |
| | Tumultos | R\$ 4.088,33 | R\$ 17,72 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 7.311,82 | R\$ 205,13 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 9.120,12 | R\$ 31,56 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. das |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------------|------------|---|
| | Quebra de Vidro | R\$ 3.144,87 | R\$ 63,66 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 8 | | R\$ 773,80 | - |
| Fórum Eleitoral de Jaru | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 9 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 1.773.436,34 | R\$ 328,90 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 19.153,11 | R\$ 577,06 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 31.035,14 | R\$ 34,47 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 10.285,93 | R\$ 87,52 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 9.221,87 | R\$ 39,98 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 6.492,96 | R\$ 182,16 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 20.571,86 | R\$ 71,19 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 7.093,75 | R\$ 143,60 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|-------------------------------|--------------------------|--------------------|-----------------|---|
| | Prêmio Líquido Total 9 | | R\$ 1.464,88 | - |
| Fórum Eleitoral de Ouro Preto | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 10 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 586.489,36 | R\$ 108,77 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 6.334,09 | R\$ 190,84 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 10.263,56 | R\$ 11,40 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 3.401,64 | R\$ 28,94 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 3.049,74 | R\$ 13,22 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 5.454,35 | R\$ 153,02 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 6.803,28 | R\$ 23,54 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 2.345,96 | R\$ 47,49 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 10 | | R\$ 577,23 | - |
| Fórum Eleitoral de Ji-Paraná | | | | |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
|--------------------------------------|--------------------------|--------------------|------------|---|
| 11 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 979.072,93 | R\$ 181,58 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 10.573,99 | R\$ 318,58 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 17.133,78 | R\$ 19,03 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 5.678,62 | R\$ 48,32 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 5.091,18 | R\$ 22,07 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 9.105,38 | R\$ 255,45 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 11.357,25 | R\$ 39,30 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 3.916,29 | R\$ 79,28 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 11 | | R\$ 963,61 | - |
| Fórum Eleitoral de Presidente Médici | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 12 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 568.547,55 | R\$ 105,44 | POS NÃO CONTRATADA |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | Danos Elétricos | R\$ 6.140,31 | R\$ 185,00 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
|--|--------------------------|--------------------|------------|---|
| | Impacto de Veículos | R\$ 9.949,58 | R\$ 11,05 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 3.297,58 | R\$ 28,06 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 2.956,45 | R\$ 12,82 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 5.287,49 | R\$ 148,34 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 6.595,15 | R\$ 22,82 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 2.274,19 | R\$ 46,04 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 12 | | R\$ 559,57 | |
| Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste - Prédio Próprio | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 13 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 195.381,57 | R\$ 36,24 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 2.110,12 | R\$ 63,58 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | Impacto de Veículos | R\$ 3.419,18 | R\$ 3,80 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das |
|---------------------------|--------------------------|--------------------|------------|---|
| | Vendaval | R\$ 1.133,21 | R\$ 9,64 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das |
| | Tumultos | R\$ 1.015,98 | R\$ 4,40 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 1.817,05 | R\$ 50,98 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 2.266,43 | R\$ 7,84 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. das |
| | Quebra de Vidro | R\$ 781,53 | R\$ 15,82 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. das |
| | Prêmio Líquido Total 13 | | R\$ 192,30 | - |
| Fórum Eleitoral de Cacoal | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 14 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 1.209.363,00 | R\$ 224,29 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 13.061,12 | R\$ 393,52 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das |
| | Impacto de Veículos | R\$ 21.163,85 | R\$ 23,50 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|----------------------------------|--------------------------|--------------------|--------------|---|
| | Vendaval | R\$ 7.014,31 | R\$ 59,68 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 6.288,69 | R\$ 27,26 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 11.247,08 | R\$ 315,54 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 14.028,61 | R\$ 48,54 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 4.837,45 | R\$ 97,93 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 14 | | R\$ 1.190,26 | - |
| Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 15 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 773.645,97 | R\$ 143,48 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 8.355,38 | R\$ 251,74 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 13.538,80 | R\$ 15,04 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 4.487,15 | R\$ 38,18 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | Tumultos | R\$ 4.022,96 | R\$ 17,44 | Não há |
|----------------------------|--------------------------|--------------------|------------|---|
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 7.194,91 | R\$ 201,85 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 8.974,29 | R\$ 31,05 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 3.094,58 | R\$ 62,64 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 15 | | R\$ 761,43 | - |
| Fórum Eleitoral de Vilhena | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 16 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 598.400,90 | R\$ 110,98 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 6.462,73 | R\$ 194,71 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 10.472,02 | R\$ 11,63 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 3.470,73 | R\$ 29,53 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 3.111,68 | R\$ 13,49 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 5.565,13 | R\$ 156,13 | POS NÃO CONTRATADA |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|-------------------------------|--------------------------|--------------------|------------|---|
| | Responsabilidade Civil | R\$ 6.941,45 | R\$ 24,02 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. das |
| | Quebra de Vidro | R\$ 2.393,60 | R\$ 48,45 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. das |
| | Prêmio Líquido Total 16 | | R\$ 588,95 | - |
| Fórum Eleitoral de Cerejeiras | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 17 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 638.387,54 | R\$ 118,39 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 6.894,59 | R\$ 207,73 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das |
| | Impacto de Veículos | R\$ 11.171,78 | R\$ 12,41 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das |
| | Vendaval | R\$ 3.702,65 | R\$ 31,51 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das |
| | Tumultos | R\$ 3.319,62 | R\$ 14,39 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 5.937,00 | R\$ 166,56 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 7.405,30 | R\$ 25,62 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. das |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|--------------------------------------|--------------------------|--------------------|------------|---|
| | Quebra de Vidro | R\$ 2.553,55 | R\$ 51,69 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 17 | | R\$ 628,30 | - |
| Fórum Eleitoral de Colorado do Oeste | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 18 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 878.433,16 | R\$ 162,91 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 9.487,08 | R\$ 285,83 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 15.372,58 | R\$ 17,07 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 5.094,91 | R\$ 43,35 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 4.567,85 | R\$ 19,80 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 8.169,43 | R\$ 229,19 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 10.189,82 | R\$ 35,26 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 3.513,73 | R\$ 71,13 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------|------------|---|
| | Prêmio Líquido Total 18 | | R\$ 864,56 | - |
| Fórum Eleitoral de Rolim de Moura | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 19 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 577.692,30 | R\$ 107,14 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 6.239,08 | R\$ 187,98 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 10.109,62 | R\$ 11,23 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 3.350,62 | R\$ 28,51 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 3.004,00 | R\$ 13,02 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 5.372,54 | R\$ 150,73 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 6.701,23 | R\$ 23,19 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 2.310,77 | R\$ 46,78 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 19 | | R\$ 568,57 | - |
| Fórum Eleitoral de Santa Luzia | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo | Prêmio | %POS (*) |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|----------------------------------|-----------------------------|--------------------|------------|--|
| | | Indenizável | | |
| 20 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 324.788,84 | R\$ 60,23 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 3.507,72 | R\$ 105,68 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 5.683,80 | R\$ 6,31 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 1.883,78 | R\$ 16,03 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 1.688,90 | R\$ 7,32 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 3.020,54 | R\$ 84,74 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 3.767,55 | R\$ 13,04 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 1.299,16 | R\$ 26,30 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 20 | | R\$ 319,66 | - |
| Fórum Eleitoral de Alta Floresta | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 21 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 681.717,35 | R\$ 126,43 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 7.362,55 | R\$ 221,83 | 10% das |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------|-----------------------|------------|--|
| | | | | indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 11.930,05 | R\$ 13,25 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 3.953,96 | R\$ 33,64 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 3.544,93 | R\$ 15,37 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 6.339,97 | R\$ 177,87 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 7.907,92 | R\$ 27,36 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 2.726,87 | R\$ 55,20 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 21 | | R\$ 670,95 | - |
| Fórum Eleitoral de Nova Brasilândia | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 22 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 479.051,62 | R\$ 88,84 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 5.173,76 | R\$ 155,88 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 8.383,40 | R\$ 9,31 | 10% das indenizações, com |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|--|--------------------------------|--------------|-------------------|---|
| | | | | mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 2.778,50 | R\$ 23,64 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 2.491,07 | R\$ 10,80 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 4.455,18 | R\$ 124,99 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 5.557,00 | R\$ 19,23 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 1.916,21 | R\$ 38,79 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 22 | | R\$ 471,49 | - |

Fórum Eleitoral de São Miguel

| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
|------|--------------------------|--------------------|------------|---|
| 23 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 764.575,22 | R\$ 141,80 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 8.257,41 | R\$ 248,79 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 13.380,07 | R\$ 14,86 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 4.434,54 | R\$ 37,73 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | 1.500,00. |
|--------------------------------------|--------------------------|--------------------|------------|---|
| | Tumultos | R\$ 3.975,79 | R\$ 17,24 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 7.110,55 | R\$ 199,49 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 8.869,07 | R\$ 30,69 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. |
| | Quebra de Vidro | R\$ 3.058,30 | R\$ 61,91 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 23 | | R\$ 752,50 | - |
| Fórum Eleitoral de Alvorada do Oeste | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 24 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 710.401,88 | R\$ 131,75 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 7.672,34 | R\$ 231,16 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Impacto de Veículos | R\$ 12.432,03 | R\$ 13,81 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Vendaval | R\$ 4.120,33 | R\$ 35,06 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. |
| | Tumultos | R\$ 3.694,09 | R\$ 16,02 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 6.606,74 | R\$ 185,35 | POS NÃO CONTRATADA |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|----------------------------------|--------------------------|--------------------|------------|---|
| | Responsabilidade Civil | R\$ 8.240,66 | R\$ 28,52 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. das |
| | Quebra de Vidro | R\$ 2.841,61 | R\$ 57,52 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. das |
| | Prêmio Líquido Total 24 | | R\$ 699,18 | - |
| Fórum Eleitoral de Costa Marques | | | | |
| ITEM | COBERTURA | Máximo Indenizável | Prêmio | %POS (*) |
| 25 | Incêndio/ Raio/ Explosão | R\$ 830.238,88 | R\$ 153,97 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Danos Elétricos | R\$ 8.966,58 | R\$ 270,15 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das |
| | Impacto de Veículos | R\$ 14.529,18 | R\$ 16,14 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das |
| | Vendaval | R\$ 4.815,39 | R\$ 40,97 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das |
| | Tumultos | R\$ 4.317,24 | R\$ 18,72 | Não há |
| | Roubos e Furtos de Bens | R\$ 7.721,22 | R\$ 216,62 | POS NÃO CONTRATADA |
| | Responsabilidade Civil | R\$ 9.630,77 | R\$ 33,33 | 10% indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. das |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|-------------------------------------|-------------------------|--------------|------------------------------|---|
| | Quebra de Vidro | R\$ 3.320,96 | R\$ 67,23 | 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. |
| | Prêmio Líquido Total 25 | | R\$ 817,13 | - |
| Valor Total do Prêmio (1 a 25) | | | R\$ 43.337,36 | |
| Desconto Técnico sobre Prêmio (20%) | | | R\$ 8.667,47 (R\$ 34.669,89) | |
| PAGAMENTO A VISTA (+5% DE DESCONTO) | | | R\$ 32.936,40 | |
| Custo da Apólice | | | R\$ 32.936,40 | |
| Valor Total da Proposta | | | R\$ 32.936,40 | |

5.2.3. A execução do objeto especificado no presente Termo de Referência será realizada pelo critério do menor preço global, na forma do art. 34, inciso I, Lei n. 14.133/2021, considerando as informações constantes no Anexo III - Pesquisa de Preços, deste Instrumento.

5.2.4. Na Elaboração da proposta deverão estar previstos todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de execução dos serviços a serem contratados.

5.2.5. Quando da elaboração de suas propostas, as licitantes deverão informar os valores dos prêmios e das franquias individualmente para cada imóvel, conforme parâmetro de coberturas estabelecido para cada um dos imóveis, descritos na tabela acima.

5.2.6. Será contratada a empresa que ofertar o menor valor global para a contratação dos serviços. As propostas serão avaliadas exclusivamente em função do valor global do prêmio ofertado, somado ao valor do custo de emissão da apólice.

5.2.7. A título de desempate, em caso de haverem duas propostas de mesmo valor, deverá ser adotada as preferências estabelecidas no art. 60, Lei n. 14.133/2021.

5.2.8. O valor estimado neste Termo de Referência deverá ser o parâmetro máximo de preço aceito na proposta de cada empresa, sendo desconsideradas as propostas que apresentarem preços unitários ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

globais superiores aos estimados pela Administração, conforme parâmetros estabelecidos no Anexo III do presente instrumento.

5.2.9. Para elaboração das propostas, as empresas deverão apresentar sua composição de preços, conforme o subitem 5.2.2, onde deverão ser preenchidos os campos referentes ao valor da franquia, ao valor do prêmio unitário e global, bem como ao percentual de pagamento obrigatório do segurado;

5.2.10. O percentual de Pagamento Obrigatório do Segurado (POS) não poderá ser superior a 10% do valor dos prejuízos indenizáveis de um eventual sinistro.

5.2.11. A contratada deverá informar nome e o número do telefone do **preposto que ficará responsável pelo atendimento à contratante.**

5.3. São partes integrantes do termo de referência:

- a) Anexo I - Endereço dos Imóveis do TRE-RO;
- b) Anexo II - Memorial Descritivo dos Imóveis;
- c) Anexo III - Pesquisa de Preços.

5.4. VISTORIA

5.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia.

5.4.2. O licitante poderá realizar vistoria nas instalações, no endereço do TRE-RO, acompanhado por servidor designado para esse fim, desde que previamente agendado, e no horário de funcionamento da instituição, de segunda à sexta-feira, das 11h às 18h.

5.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.4.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.4.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. A contratação possui critérios de sustentabilidade que foram elencados no item 3.6 deste Termo de Referência, que foi devidamente justificado.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Prazos e Condições

7.1.1 O prazo de execução do contrato será equivalente ao prazo de vigência da apólice, ou seja, 1 (um) ano, contado da emissão da apólice de seguro, na forma do subitem 7.1.4, alínea "f", com fundamento no art. 75, VIII, da lei n. 14.133/2021.

7.1.2. A Apólice de Seguro deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do pagamento do valor total do prêmio do seguro.

a) A apólice de seguro será recebida provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste documento e na proposta.

b) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

c) Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

d) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.1.3. A não entrega da apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro dos prazos e termos contratados, da cobertura do seguro delimitada no objeto contratado;

7.1.4. Na Apólice de Seguro deverá constar, no mínimo:

- a) Descrição do objeto segurado e o nome do seguro;
- b) Datas de início e término da vigência da cobertura, a qual não será inferior a um ano;
- c) Descrição dos riscos cobertos, bem como os prejuízos indenizáveis para cada bem;
- d) Valor do prêmio de cada imóvel segurado;
- e) Valor da franquia de cada imóvel coberto e o teto de valores mínimos dos prejuízos indenizáveis;
- f) O prazo de execução do contrato será equivalente ao prazo de vigência da apólice, de 01 (um) ano, contado da seguinte forma a partir das 24h00 do dia 23/10/2023 até as 24h00 do dia 23/10/2024.

7.1.5. Pagamento de Franquia de Seguro

- a) Na ocorrência de eventuais sinistros de perda parcial que necessitem do acionamento do seguro do imóvel, este Tribunal ficará responsável pelo pagamento do respectivo valor da franquia ou do percentual de Pagamento Obrigatório do Segurado (POS);
- b) O percentual de POS não poderá ser superior a 10% do valor do prejuízo indenizável do sinistro, desde que respeitados os valores de franquia estipulados para cada item de cobertura da apólice;
- c) O valor do percentual de POS somente será considerado, para efeitos de pagamento, se o percentual do valor dos prejuízos indenizáveis do sinistro for superior ao valor da franquia estipulada pela seguradora;
- d) O pagamento do valor do POS e do valor da franquia não é cumulativo;
- e) Em caso de indenização integral (perda total do objeto) não será cabível a cobrança do valor da franquia do seguro ou do valor do POS;
- f) Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

quantia de 75% dos valores referenciados no presente Termo de Referência;

g) Administração deverá providenciar a devida reserva orçamentária para cobrir custos de cobertura da referida franquia na eventual ocorrência de sinistro parcial;

h) Para efeitos de estimativa, esta Unidade considera adequado delimitar o valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) para fins de reserva orçamentária destinada a eventuais pagamentos de franquias/POS do seguro contratado.

7.2. Deveres e Responsabilidades do contratante:

7.2.1. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços.

7.2.2. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na entrega dos materiais ou na prestação de serviços;

7.2.3. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

7.2.4. Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

7.2.5. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

7.2.6. Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à entrega de bens ou execução de serviços;

7.2.7. Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

7.2.8. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.9. Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

7.2.10. Rejeitar, através do fiscal contrato, a entrega de material ou a execução dos serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução;

7.2.11. Receber os bens ou os serviços, por meio do fiscal contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste termo de referência e no contrato, certificando as notas fiscais da entrega;

7.2.12. Realizar o pagamento dos bens entregues ou dos serviços prestados na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato:

7.2.12.1. O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

7.2.12.2. Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

7.2.12.3. Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

7.2.12.4. O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

7.2.12.5. Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento a contratada deverá demonstrar regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça.

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

7.2.12.6. Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

7.2.12.7. Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

| | | | | | | |
|---|---|---------------------------|---|----------|------------|-------------|
| EM | = | I | x | N | x | VP |
| Na | | | | | | qual: |
| EM | = | Encargos | | | | moratórios; |
| N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; | | | | | | |
| VP = Valor da parcela a ser paga. | | | | | | |
| I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: | | | | | | |
| $I = \frac{(TX)}{365}$ | | $I = \frac{(6/100)}{365}$ | | $I =$ | 0,00016438 | |
| TX = Percentual da taxa anual = 6%. | | | | | | |

7.2.12.8. A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

7.2.13. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

7.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.3.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial e no instrumento de contrato;

7.3.2 Manter representante para o contrato no Município de Porto Velho – RO, localidade de execução/gestão do contrato, conforme determina o Art. 68 da Lei n. 8.666/93 ou, na falta deste, disponibilizar central de atendimento telefônico 24 (vinte e quatro) horas/dia, com custo da ligação sem ônus para este Tribunal. Corretores ou intermediários de seguros não poderão exercer a função de representante (preposto) da contratada;

a) O preposto indicado pela empresa deverá informar quais são os meios de contato com ele, tais como: telefone celular, e-mail ou outro meio.

b) Este preposto será o interlocutor da contratada para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo contratante;

7.3.3. Informar à contratante no ato da emissão da apólice, nome de contato e número do telefone do representante local que ficará responsável pelo atendimento à contratante e o número do telefone 0800 para atendimento à distância;

7.3.4. Apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, o boleto/recibo de seguro para pagamento;

7.3.5 Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

7.3.6. Indicar número do CNPJ no boleto/recibo de seguro idêntico ao da proposta comercial;

7.3.7. Não é permitida a subcontratação parcial da execução do objeto do contrato com prévia anuência do contratante e com observância estrita das regras definidas no contrato;

7.3.8. Emitir a apólice de seguro dos bens no prazo de 10 (dez) dias após o pagamento da proposta de seguro. Como medida sustentável, apresentar todas as apólices em meio digital, salvo impossibilidade técnica justificada;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.3.9. Regular os eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega de todos documentos necessários a regulação do sinistro, conforme Art. 33, § 1º, da Circular SUSEP 256, de 16/6/2004;

7.3.10. Realizar os pagamentos de indenizações devidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data do cumprimento, pela contratante, das obrigações decorrentes do sinistro, nos termos estipulados pela apólice e conforme Art. 33, § 1º, da Circular SUSEP 256, de 16/6/2004;

7.3.11. Manter serviço de atendimento diário ao contratante, 24 horas por dia, mediante disponibilização de telefones fixos, celulares, e-mails e responsável para contato, com vistas ao atendimento de questões relativas à execução dos presentes serviços;

7.3.12. Manter-se, durante a execução do presente CONTRATO, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, o INSS, o FGTS e a Justiça do Trabalho;

7.3.13. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante, cabendo à contratada prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

7.3.14. Responsabilizar-se pelos danos causados à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente CONTRATO, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

7.3.15. Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

7.3.16. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação;

7.3.17. Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) A Gestão do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial - SEMAP.
- b) A fiscalização ficará a cargo dos servidores André Pimentel, Mirvaldo Moraes de Souza e Antônio Roberto dos Santos Ferreira.

8.1.1. Rotinas de Fiscalização Contratual

8.1.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.1.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.1.1.2.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.1.1.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.1.1.3. O contratado deverá apresentar preposto para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

8.1.1.4. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.1.1.4.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.1.1.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.1.1.6. O TRE-RO poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

8.1.1.7. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.1.1.8. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8.1.1.9. Além do disposto acima, para fins de comunicação entre o TRE-RO e a Contratada ficam estipulados os seguintes meios:

- a) Chamada Telefônica: pode ser utilizada para alinhamentos, esclarecimento de dúvidas e outras demandas que possam ser tratadas informalmente.
- b) A Contratada deverá informar os seus números de contato ao gestor do contrato, assim como demais meios de comunicação e mantê-los sempre atualizados.
- c) E-mail institucional: deve ser utilizado para comunicações relativas a convocações para reuniões, atualização de informações relevantes e outras que mereçam ser documentadas;

8.1.1.10. A apólice apresentada em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência, no contrato, ou caso ocorra qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, a apólice será devolvida à Contratada e, neste caso, o prazo para pagamento será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

8.1.2. Após a conclusão dos procedimentos de análise das propostas e declaração da empresa vencedora, caso seja concluído pela contratação, será firmado termo de contrato ou instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

8.1.3. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para realização do cadastro de seu representante legal e de suas testemunhas no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, cujo link será oferecido no momento oportuno e assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

8.1.4. No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a adjudicatária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

8.1.5. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

8.1.6. Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato, nos Termos da minuta ajustada à proposta vencedora, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos

8.1.7. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

8.1.8. Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editais e contratuais.

8.1.9. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos, a proposta vencedora da contratada e a apólice do seguro, independentemente de transcrição.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.1.10. À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou alterá-la. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

8.1.11. O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002).

8.2. Procedimentos de Gestão e Fiscalização do Contrato:

8.2.1. São **atribuições do fiscal**, que poderá solicitar manifestações, laudos e pareceres técnicos de profissional habilitado para subsidiar sua atuação:

- I - Analisar e manifestar-se sobre o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC;
- II - Acompanhar a execução dos serviços, manifestando-se sobre as eventuais irregularidades, desconformidades e ocorrências que afetem a qualidade do sistema;
- III - Emitir, a seu juízo, os chamados técnicos;
- IV - Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções, cientificando o gestor do contrato;
- V - Aferir o material utilizado, os serviços realizados, assinar a Ficha de Atendimento apresentada pelo CONTRATADO, quando houver prestação de qualquer dos serviços previstos neste termo de referência;
- VI - Realizar pesquisas de preços e manifestar-se sobre o fornecimento de peças pela contratada;
- VII - Atestar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
- VIII - Analisar, conferir e atestar as notas fiscais, por meio de nota técnica, e encaminhar a documentação ao Gestor do contrato, o qual remeterá à SAOFC, manifestando-se sobre o pagamento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IX - Anotar de forma organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, documentando os principais atos através de atas, informações, comunicados, correspondências, termos, relatórios, entre outros;

X - Atuar de forma preventiva e proativa, alertando o contratado para a proximidade do vencimento de prazos e obrigações relacionados à execução do objeto que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

XI - Comunicar o gestor do contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

XII - Comunicar à contratada, pela via mais célere, eventuais irregularidades na execução do contrato, estabelecendo prazo para solução dos problemas apontados e comprovar o recebimento da comunicação pela contratada, cuja cópia deverão ser juntadas no processo para ciência do gestor;

XIII - Exercer as demais atribuições de fiscal estabelecidas no art. 27 da IN/TRE nº 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la;

XIV - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

8.2.2. O gestor do contrato ficará responsável por:

I - Zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação e controle previstos nas normas de gestão de contratos da Justiça Eleitoral, atuando de forma complementar ao fiscal do contrato, atuando de forma preventiva e proativa, alertando o contratado para a proximidade do vencimento de prazos e obrigações relacionadas ao contrato que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

II - Proceder à imediata notificação à contratada nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais, concedendo prazo razoável, quando não fixado no próprio contrato, para sua correção;

III - Registrar os ajustes acordados com o representante da contratada, colhendo sua assinatura e promovendo a sua juntada ao processo;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Juntar no próprio processo, ou em outro relacionado especialmente aberto com este fim - quando a natureza, a complexidade ou o valor da contratação assim determinar - as ocorrências verificadas na execução contratual, bem como as medidas levadas a efeito para sua solução, as quais serão parte integrante do processo de contratação respectivo;

V - Exercer as atribuições de fiscal de documentação, realizando o controle e acompanhamento da parte referente à documentação formal do contrato, compreendendo a verificação da legislação fiscal, tributária, comercial e contábil;

VI - Dirimir dúvidas e responder a consultas e requerimentos quanto aos termos do contrato, inclusive quanto à alteração contratual, ouvindo, quando necessário, o fiscal do contrato;

VII - Aplicar, se entender conveniente, de forma fundamentada, a pena de advertência e propor à autoridade superior a aplicação de outras penalidades, previstas no contrato;

VIII - Comunicar à Administração, por escrito, sobre o término do contrato, observando o prazo de até 90 (noventa) dias corridos, apresentando as justificativas necessárias, caso se trate da realização de nova licitação, de prorrogação do contrato ou de contratação direta;

IX - Acompanhar todos os atos praticados pelo fiscal de execução, manifestando-se quando necessário;

X - Autorizar o fornecimento de peças pela contratada, zelando pela disponibilidade orçamentária;

XI - Solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do Tribunal;

XII - Praticar outros atos e prestar quaisquer informações afins a suas atribuições sempre que solicitadas pelo Secretário da SAOFC ou outra autoridade do Tribunal;

XIII - Exercer as demais atribuições de gestor estabelecidas no art. 28 da IN/TRE nº 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la;

XI - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

8.3. Mecanismos Formais de Comunicação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.3.1. Será realizada uma reunião inicial do contrato com a participação da contratada, do gestor e fiscais do contrato.

8.3.2. O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail, conforme detalhamento a seguir:

| ASSUNTO | E-MAIL |
|--|----------------------|
| Envio de notas fiscais e informações sobre faturamento | E-mail institucional |
| Informações técnicas | E-mail institucional |

9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado uma única vez, em moeda corrente, até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de entrada dos seguintes documentos neste Tribunal:

- a) Certidões de Regularidade Fiscal;
- b) Inscrição regular da licitante junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados;
- c) Nota Fiscal ou Fatura, referente ao seguro.

9.2. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9.3. Cumpridas pela CONTRATADA todas as exigências legais e contratuais, o CONTRATANTE fará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da contratada, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A.

9.4. Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

9.5. Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

9.6. O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

9.7. O CONTRATANTE reserva-se no direito de suspender o pagamento se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações definidas no contrato.

10. REAJUSTE CONTRATUAL

10.1. Não haverá.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 32.936,40 (trinta e dois mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta centavos).

11.2. O detalhamento da pesquisa de preços realizada para a estimativa do preço integra a INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, evento [1076771](#).

12. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

12.1. A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

| FONTE ORÇAMENTÁRIA | | | |
|---------------------------------------|---|----------------------|--|
| Tipo de Orçamento | Item de despesa do planejamento orçamentário | Plano Interno | Previsão de execução orçamentária por ano |
| | | | Exercício corrente (R\$) |
| ORDINÁRIO (Manutenção Geral) | Seguro anual dos imóveis da JE-RO | ADM SEGURO | R\$ 35.000,00 |
| Total por exercício financeiro | | | R\$ 35.000,00 |
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: | | | |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

| FORMA DE SELEÇÃO |
|---|
| Dispensa de Licitação: () por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica; (x) Não utilizar o Sistema de Dispensa Eletrônica. JUSTIFICAR: Em face da de haver escritórios de seguro na cidade e o envio das propostas comerciais tornará mais célere a contratação. |
| Inexigibilidade de Licitação: Indicar o fundamento. |

| CRITÉRIO DE JULGAMENTO |
|-------------------------------|
| (x) Menor preço global |
| () Menor preço por item |
| () Maior desconto |
| () Outro: |

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

14.1.1. Habilitação jurídica

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.1.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) Certidão negativa de débitos trabalhistas na Justiça do Trabalho.

14.1.3. Habilitação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

14.1.4. Habilitação Técnica



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- i) A contratada deverá apresentar Atestado de Capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou de forma satisfatória, Serviço de seguro Patrimonial com características pertinentes e compatíveis com o objeto do presente documento.
- ii) Inscrição regular da licitante junto a SUSEP – superintendência de Seguros Privados.
- iii) Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

15.1. SANÇÕES: Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021, na forma seguinte:

15.1.1 Advertência: pela cometimento da infração administrativa de **dar causa à inexecução parcial do contrato**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.1.2 Multa: de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II - dar causa à inexecução total do contrato;
- III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.1.3 Impedimento de licitar e contratar: quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

15.1.4 Declaração de inidoneidade: será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.1.3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas no item 15.1 desta seção observarão as normas gerais da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **HYDEN COSTA HAYDEN, Chefe de Seção**, em 25/10/2023, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1077213** e o código CRC **B37C08C2**.